



O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO UM POTENCIAL INSTRUMENTO PARA A SEGMENTAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

LINGUISTIC PREJUDICE AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING AS A POTENTIAL INSTRUMENT FOR SEGMENTING SOCIAL CLASSES IN BRAZIL

Resumo

Visando a abordar o tema do preconceito linguístico, foi traçada, neste artigo, uma relação entre o ensino da gramática normativa, o preconceito linguístico, o sistema educacional no Brasil e a estratificação social, sendo este o objetivo geral do trabalho. Através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, foram consideradas as teorias de autores como Marcos Bagno (2015) e Carlos Alberto Faraco e Ana Maria Zilles (2017) acerca da temática. Também, com base nos contextos históricos, observou-se que uma cultura linguística normativa, surgida há muitos séculos, teve seu início entre as elites das sociedades e ao longo da história contribuiu para a manutenção de uma sociedade segmentada.

Palavras-chave: Preconceito linguístico; Gramática normativa; Segmentação das classes sociais.

Abstract

In order to address the issue of linguistic prejudice, in this article the relation between the teaching of normative grammar, linguistic prejudice, the educational system in Brazil and social stratification, which is the general objective of the work, was traced. In a bibliographical and qualitative research, the concepts of theorists such as Marcos Bagno (2015) and Carlos Alberto Faraco and Ana Maria Zilles (2017) on the subject were considered. Likewise, based on historical contexts, it was observed that a normative linguistic culture, which emerged many centuries ago, had its beginnings among the elites of societies and throughout history has contributed to the maintenance of a segmented society.

Keywords: Linguistic prejudice; Normative grammar; Segmentation of social classes.

* Nair dos Santos Caldeira

** Hellen Gomes da Silva

*** Leandro Junio Gonçalves dos Santos

**** Uinny Rodrigues Neto de Oliveira

Recebido em: 20/06/2024

Aceito em: 18/03/2025

1. Introdução

As relações sociais constituem uma prática complexa, na qual se faz necessário ter empatia, alteridade, interesse por conhecer o outro e respeito às diferenças. No entanto, é comum, na interação entre os indivíduos, que esse respeito dê lugar a um julgamento antecipado em relação ao outro, o preconceito. O preconceito é manifestado de diversas formas: na discriminação por causa da cor da pele, na discriminação contra mulheres, contra homossexuais, contra pessoas com diferentes identidades de gênero, contra pessoas gordas, contra pessoas com algum tipo de deficiência, enfim, são de toda a ordem.

¹ SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A sociolinguística e a língua materna*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Dentre tantos preconceitos, há um prejulgamento que costuma passar despercebido: trata-se do preconceito linguístico, que resulta de uma comparação feita entre as diferentes formas de se comunicar por meio da língua. Silva afirma que muito se fala sobre preconceitos atualmente, porém não se fala sobre o preconceito linguístico. Segundo a autora ele não é censurado e parece nem mesmo existir¹.

O preconceito linguístico costuma passar despercebido pelo fato de que, muitas vezes, parece não se notar que um comentário maldoso a respeito da fala de alguém vem carregado de um julgamento de valor, não somente do valor da fala em si, como também do valor da própria pessoa, visto que a fala vem das ideias e as ideias são parte do indivíduo, portanto, são indissociáveis.

² BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 22.

O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é "invisível", no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá a sua gravidade, como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo².

³ Professor, pesquisador, escritor, poeta e tradutor. Atuante no campo da educação linguística, Marcos Bagno é um defensor da diversidade linguística existente no país e contrário ao preconceito que atinge tal diversidade.

Marcos Bagno³ afirma ser o preconceito linguístico um grave e sério problema social, cuja existência não é reconhecida⁴. Trata-se de um problema social, por ser a língua um importante instrumento de comunicação entre as pessoas, que muitas vezes serve como critério de atribuição de valor, o que resulta em prejuízos para pessoas que já são marginalizadas na sociedade, a população mais pobre.

A maneira de se comunicar é uma característica subjetiva inerente a todo indivíduo, independentemente da sua raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, biótipo ou condição especial.

⁴ BAGNO, 2015

A grande diversidade de falantes resulta em uma expressiva variação na língua: decorrente das diferenças regionais, chamadas de variações diatópicas; em razão de diferenças no contexto histórico, chamadas de variações diacrônicas; bem como em razão da situação comunicativa, que define o grau de formalidade e informalidade do discurso, chamadas de variações diafásicas e em decorrência das diferenças sociais, chamadas de variações diastráticas.

As variações no uso da língua, por sua vez resultam em uma gama de preconceitos linguísticos. À essa pesquisa interessa se aprofundar no âmbito do preconceito linguístico decorrente das variações diastráticas, e mais especificamente decorrente das diferenças entre as classes sociais, o qual atinge prioritariamente pessoas das classes mais baixas da sociedade.

O preconceito linguístico é um fenômeno que atravessa todas as camadas e esferas da sociedade. Nesse sentido, considerando as esferas educacional e econômica, destaques nesse contexto, foi elaborado um problema de pesquisa para o assunto a respeito da possibilidade de o preconceito linguístico e o ensino do português brasileiro na educação básica favorecerem a manutenção da estratificação social. A partir desse problema de pesquisa foi elaborada uma hipótese acerca da temática apresentada.

A hipótese elaborada para esse problema é de que o ensino do português brasileiro parece incutir no imaginário das pessoas que a gramática normativa da língua é de fato a língua portuguesa e não reconhece o valor das outras variações existentes, o que contribui para o preconceito, visto que tudo o que foge à regra da gramática normativa é considerado erro.

Além disso, o português brasileiro da variação padrão, em diversas situações, exclui pessoas que não o dominam.

Também com base no problema formulado, o objetivo geral e abrangente proposto foi o de estabelecer a possível relação entre o preconceito linguístico, o ensino do português brasileiro e a estratificação social. Desse modo, fez-se necessário traçar outros objetivos, mais específicos e de forma segmentada, quais sejam: tratar sobre o preconceito linguístico na sociedade e sobre como esse prejulgamento pode afetar as pessoas das classes menos favorecidas; discorrer sobre o ensino do português brasileiro, orientado pela norma-padrão da gramática normativa, e refletir sobre a estratificação social no Brasil e sobre a potencial influência da língua como agravante desse problema.

A critério de trazer à luz o longo histórico de considerações em torno do uso da língua, procurou-se traçar um panorama desde o período das primeiras reflexões acerca do assunto, no século V antes de Cristo, passando pelo contexto de surgimento do primeiro sistema educacional no Brasil, no período da colonização, bem como pelo início dos estudos da linguística e da sociolinguística, no século XIX, até chegar ao ensino da gramática normativa nos dias atuais. Cabe ressaltar que todo o percurso traçado objetivou uma melhor compreensão do assunto na atualidade.

Para alcançar tais objetivos foi realizada uma pesquisa de natureza básica, por se tratar de um estudo teórico sobre o referido assunto, sem o compromisso de uma aplicação prática. Nesse viés, foi utilizada uma abordagem qualitativa, e o método escolhido foi o da pesquisa bibliográfica.

Em relação à abordagem qualitativa, segundo Casarin e Casarin: “Independentemente do título e do tema pesquisado, os objetivos de uma pesquisa qualitativa envolvem a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores”⁵. Nesse sentido, pela necessidade de se fazer uma relação entre o fenômeno do preconceito linguístico que atinge pessoas das classes sociais menos favorecidas com fatores como o ensino da gramática portuguesa e a estratificação social, a utilização de tal abordagem, foi a mais apropriada.

“Assim, pesquisar no campo bibliográfico é procurar no âmbito dos livros e documentos escritos as informações necessárias para progredir no estudo de um tema de interesse”⁶. Por se tratar de um estudo teórico acerca do assunto, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica.

A princípio, o tema escolhido se baseava na questão do preconceito existente em relação às variações da língua falada e nas consequências disso trazidas para as pessoas mais pobres, e foi definido como ponto de partida o livro *Preconceito linguístico* do autor Marcos Bagno (2015), por ser o autor uma referência no assunto. A partir da leitura exploratória do referido livro ocorreu a delimitação do já citado problema acerca do assunto, a questão norteadora das investigações.

Também por meio da leitura do livro e de pesquisas realizadas foram surgindo outros autores que também abordam o tema. A partir daí houve o início de uma busca por posicionamentos favoráveis e contrários sobre o tema, a fim de estabelecer uma relação entre os três tópicos de pesquisa: o preconceito linguístico, o ensino do português e a estratificação social no Brasil.

Segundo Gil, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”⁷. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, na observação dos pontos de vistas de alguns autores, pretendeu-se estabelecer uma relação de causa e consequência envolvendo os três diferentes pontos da pesquisa.

Com o intuito de estabelecer relações entre o preconceito linguístico e as classes sociais menos favorecidas, buscou-se embasamento em autores que tratam sobre o assunto e em fatos históricos ocorridos desde o surgimento das normas da língua escrita. Os estudos trouxeram a noção de que as normas da escrita surgiram entre as elites, e assumiram prestígio em relação às línguas faladas pelas pessoas mais pobres, o que corroborou para surgimento do preconceito.

⁵ CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. *Pesquisa científica: da teoria à prática*. Curitiba: Intersaberes, 2012, p. 33.

⁶ ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. *O estudo como forma de pesquisa*. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). *Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas*. 1. ed. Campinas: Papirus, 2021, p. 124.

⁷ GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 50.

Em seguida, foi registrado o surgimento da Linguística e da Sociolinguística, que deram luz à temática da língua como um sistema vivo e às variações de fala existentes, no entanto, sem atribuir juízo de valor às variações. E, então, foi feita uma reflexão sobre as variações da língua falada e o contexto social no Brasil.

Num segundo momento, foi abordado o ensino do português brasileiro, passando pelo contexto de surgimento de um sistema educacional, voltado, principalmente, para a elite e inspirado nos moldes de Portugal. Chegando à atualidade, apresentou-se a noção difundida pela cultura da gramática normativa de que a norma-padrão representa de fato a língua brasileira. Buscou-se também exemplificar a complexidade no ensino, que, muitas vezes, não contribui para uma competência leitora.

O conceito sociológico da estratificação social se refere à classificação dos indivíduos em grupos, com base em condições socioeconômicas comuns, dividindo os grupos sociais em camadas hierárquicas. Quanto à estratificação social no Brasil e à influência da língua, foi apresentada uma relação direta entre os indivíduos das classes mais baixas, seu menor acesso à educação, a variação da língua utilizada e as consequências disso na vida dessas pessoas, sendo a mais significativa a manutenção dos estratos sociais.

2. Preconceito linguístico, gramática normativa e estratificação social

2.1. O preconceito linguístico e as classes sociais menos favorecidas

2.1.1. Breve histórico do surgimento da gramática tradicional

As primeiras reflexões voltadas para o uso da língua tiveram início no século V antes de Cristo, quando Platão, um dos mais importantes filósofos da Grécia Antiga, deu início aos primeiros estudos Ocidentais, distinguindo, na constituição de uma proposição, os seus elementos básicos: o substantivo e o verbo.

⁸ SILVA, Rosa Virginia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1989, p. 16.

É desde essa época – e perdura até nós – que se estabelece como princípio de análise a frase declarativa, considerada por Aristóteles o discurso primeiro. [...] Estabelecida a distinção entre substantivo e verbo por Platão estava aberto o caminho para uma compreensão analítica de estruturação da linguagem como representação do pensamento. O percurso posterior que delinearemos se constitui em um refinamento de análise que, a princípio, é apenas parte de uma teoria geral do conhecimento, de uma filosofia que só alguns séculos depois vem a fundamentar uma gramática⁸.

A partir daí a gramática normativa se beneficiou das contribuições feitas por muitos filósofos e filólogos gregos, como os filólogos de Alexandria, que, nessa época, privilegiavam a língua escrita dos grandes escritores da época, em detrimento dos outros usos da língua, sendo esses últimos avaliados de forma negativa. Em Roma, Varrão (116 - 27 a.C.), o primeiro gramático latino importante, aplicou a gramática grega ao latim, uma gramática do latim padrão, que foi chamado posteriormente de latim clássico, em oposição ao latim vulgar, falado pelas classes mais baixas de Roma.

No Brasil, o primeiro sistema educacional ocorreu no período da colonização, com a vinda dos padres jesuítas da Companhia de Jesus e tinha o intuito de catequizar os índios, mas, posteriormente, assumiu um caráter elitista, com um ensino oferecido majoritariamente aos filhos dos senhores de engenho e aos burgueses. Além disso, possuía uma forte base em normas gramaticais vindas da literatura de Portugal, característica que pode ser observada até os dias atuais.

Assim, por muitos séculos, uma tradição gramatical vem se desenvolvendo e, desde o seu início, foi pensada tendo-se como base os grandes escritores e a elite, desse modo, privilegiando essa variação em detrimento das outras existentes.

São os grupos privilegiados econômica, social e culturalmente que agregam valor positivo e prestígio às suas variedades linguísticas e desqualificam as variedades dos grupos desprivilegiados. São as variedades dos grupos dominantes que

passam a ser tomadas como corretas e modelos a serem seguidos⁹.

⁹ FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer: norma linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 51.

Com base na breve observação de trechos da história da gramática tradicional normativa, pode-se observar o fato de seu surgimento ter ocorrido entre as elites, baseada na norma-culta dos grandes escritores, o que pode explicar o prestígio que possui. Nesse sentido, tais regras estabelecidas por ela parecem configurar desde o início, um instrumento da elite em oposição aos diferentes usos que as classes mais baixas faziam da língua.

2.1.2. Gramática normativa, a variação padrão

A gramática tradicional ou a norma-padrão nasceu com o intuito de estabelecer regras de um modelo padrão para o uso da língua e, para isso, tomou como base os grandes escritores, sendo então a língua escrita a mais submetida a essas regras. Representa a variação da língua de maior prestígio e pretende estabelecer o que é certo ou errado, atribuindo assim às outras variações o estigma de serem consideradas como erradas.

O fato de que as outras variações são erradas é comumente aceito pela maioria da população e gera um preconceito por parte das pessoas que dominam as regras da norma-padrão. Faraco e Zilles exemplificam esse preconceito no trecho:

No início do século XVIII, o gramático Jerónimo Contador de Argote (1676- 1749) distinguia, em suas Regras da Língua Portuguesa, espelho da Língua Latina, um "mau português", isto é, a fala da gente rústica em oposição à fala dos "bem criados" (sic). Dizia que há um modo "mau e viciado" de falar a língua, a que chamava de "dialeto rústico", usado pela "gente ignorante, rústica, e incivil" e do qual se devia desviar "os meninos bem criados" (sic) (1725: 299)¹⁰.

¹⁰ *Ibidem*, p.149

A importância de haver uma norma-padrão para a língua escrita é inegável, porém diferentes usos da língua sempre existiram, são legítimos e todos constituem a língua falada em um país, sendo necessário o reconhecimento e o respeito dessas variantes. O preconceito linguístico, fruto da ideia imposta pela norma-padrão de certo e errado, tende a marginalizar as pessoas das classes mais pobres, que não possuem acesso à variação padrão.

2.1.3. A Linguística e a Sociolinguística

Como dito anteriormente, os estudos referentes à língua, com a abordagem da gramática normativa são antigos, datando do século V antes de Cristo. No entanto, somente no século XIX, os estudos linguísticos começam a ganhar uma perspectiva diferenciada, com o surgimento de um estudo da origem das línguas e de sua transformação histórica, a linguística histórico-comparativa.

Essa nova abordagem (linguística histórico-comparativa) se consolidou como uma área de estudos no século XX, por meio dos estudos de Ferdinand de Saussure (1857- 1913). Outro fator impulsor foi a publicação do livro *Curso de Linguística Geral* em 1916, a obra foi organizada pelos alunos de Saussure, com base nos ensinamentos do curso de mesmo nome ministrado por ele na Universidade de Genebra.

A linguística começa a se firmar como uma ciência autônoma, cujo objeto de estudo passa a ser a descrição das línguas naturais, com o método de análise estruturalista, adotado por Saussure. Ferdinand de Saussure considerava a possibilidade de uma estrutura comum da língua, a qual passa a ser observada como um sistema vivo, mas os ensinamentos de Saussure não levam em consideração os aspectos sociais envolvidos.

Outros estudiosos da área surgiram, alguns obtendo destaque: Roman Jakobson; Leonard Bloomfield; Mikhail Bakhtin e Noam Chomsky. Chomsky possuía uma abordagem teórica diferente, a Teoria Gerativa, segundo a qual todo ser humano nasce com uma faculdade inata para se comunicar, devendo apenas ser exposto à língua na infância.

Todos os estudiosos arrolados consideram a língua como um sistema homogêneo e não levam em conta os fatores externos e sociais. Um dos primeiros linguistas a pesquisar a variação, as mudanças na língua e os efeitos do seu contato, foi o americano Uriel Weinreich, que entendia a língua como um sistema heterogêneo. No entanto, com a sua morte, seu aluno William Labov levou à frente os estudos das variações linguísticas.

Os estudos sociolinguísticos, a partir de então, ganharam a contribuição de Labov, com as suas investigações acerca das variações da fala. Utilizando nas gravações das entrevistas feitas com diferentes pessoas, procedimentos inovadores, o linguista trouxe a reflexão sobre as relações entre as estruturas linguística e social, quando realizou em suas pesquisas a combinação de diferentes fatores, dentre eles: idade, gênero, ocupação e classe social das pessoas entrevistadas.

A língua, pela perspectiva da sociolinguística variacionista, é observada como um produto cultural e social, em seu contexto de uso, sem um julgamento de valor do que é considerado certo ou errado. Silva afirma que:

¹¹ SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A sociolinguística e a língua materna*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013, p. 18.

Essas pesquisas sociolinguísticas deixam latente a grande distância que há entre a gramática trazida pela tradição normativo-prescritiva, as conhecidas gramáticas tradicionais e os usos reais da língua, seja em estado de variação e mudança, seja simplesmente de variação¹¹.

A língua em seu contexto de uso apresenta inúmeras variações, e se mostra muito diferente da variação padrão das normas, à gramática normativa não interessa tais variações, o que contribui para inferiorizá-las.

2.1.4. Aspectos linguísticos e sociais no Brasil

A língua falada no contexto social representa um instrumento de comunicação dinâmico e diverso. Nesse sentido: "A cultura linguística normativa [...] nasceu como uma resposta à realidade heterogênea da linguagem verbal, buscando uma forma de representá-la e de lhe dar sentido"¹². No entanto, as normas de escrita que nasceram para representar a fala assumiram posição privilegiada em detrimento da linguagem verbal.

Tendo em vista a grande extensão territorial do Brasil e sua numerosa população, não se pode desconsiderar a grande variação de usos da língua existente em todos os aspectos. Em relação ao aspecto social, as pessoas vindas das famílias mais pobres do país, geralmente, utilizam-se de uma fala considerada errada, quando comparada à variação da língua padrão.

¹² FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer: norma linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 41.

Muitos brasileiros "falam variedades linguísticas estigmatizadas, que não são reconhecidas como válidas, que são desprestigiadas, ridicularizadas, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes urbanos mais letrados [...]"¹³. São esses brasileiros citados pelo autor Marcos Bagno os que fazem parte da parcela mais pobre da população.

Os falantes urbanos mais letrados, geralmente, são os mesmos pertencentes aos grupos privilegiados socialmente, que, de diversas maneiras, sentem-se superiores aos demais, e essa sensação de superioridade se faz presente também naqueles que dominam a norma-culta da língua em relação às pessoas que não a dominam. Esse sentimento de superioridade pode ser visto nas palavras de Almeida:

¹³ BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 30.

Os delinquentes (sic) da língua portuguesa fazem do princípio histórico "Quem faz a língua é o povo" verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres de nossa sintaxe e legítimos conhecedores do nosso vocabulário¹⁴.

A declaração feita no verbete Vernáculo, do Dicionário de questões vernáculas, não só demonstra uma defesa da norma-padrão da língua e uma crítica às possíveis variações que a língua apresenta, como também denuncia um profundo desprezo pelo indivíduo que faz uso de tais variações. Deixa explícito o preconceito linguístico que atinge as pessoas mais pobres da sociedade.

¹⁴ ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. São Paulo: Caminho Suave, 1981, p. 331.

Segundo Bagno, existe um abismo linguístico entre as pessoas mais pobres da sociedade e as pessoas de poder aquisitivo mais elevado e esse abismo é ainda maior se comparado às variantes dessas duas classes com a norma-padrão ensinada nas escolas e idealizada como a única língua correta¹⁵.

2.2. O ensino do português brasileiro

2.2.1. Contexto histórico

No Brasil, a constituição do primeiro sistema educacional deu-se no século XVI, período colonial, quando a Companhia de Jesus, ordem religiosa da igreja católica fundada na Europa, foi trazida pelos portugueses à colônia. Formada por padres jesuítas, a Companhia de Jesus chegou à colônia brasileira em 1549 e tinha a missão de catequizar os índios, e, para isso, era necessário que os índios aprendessem a ler e escrever e aprendessem o português falado em Portugal, portanto, o ensino era feito segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus.

Posteriormente, a Companhia de Jesus ocupou-se também da educação dos filhos dos colonos, mas com mais forte atuação entre os filhos dos senhores de engenho, os burgueses e a elite. Até que, em 1759, foram expulsos do país por não mais atenderem às exigências de formação da época, do homem burguês, em detrimento do homem cristão.

Após a saída dos jesuítas o ensino procurava atender, principalmente, aos interesses políticos e econômicos de Portugal e era direcionado à elite. A *Arte de grammatica portugueza*, do padre Inácio Felizardo Fortes, foi a primeira gramática publicada no Brasil, obra baseada na gramática latino-portuguesa do oratoriano português António Pereira de Figueiredo.

Ainda que após a proclamação da Independência do Brasil, em 1822, a constituição de 1824 tenha trazido a ideia de um sistema nacional de educação, o ensino era oferecido à minoria da população e com uma forte influência de Portugal. Até os dias atuais se faz presente no ensino do português brasileiro uma base na norma gramatical literária de Portugal, o que faz com que o português, muitas vezes, seja considerado difícil para os brasileiros, pois muitas regras não fazem sentido para a oralidade do brasileiro.

2.2.2. O ensino na atualidade

Segundo Bagno, o ensino do português brasileiro até os dias de hoje segue padrões do português de Portugal:

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de 190 anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas pelos “falantes cultos” de lá, que servem para a língua falada lá, que retratam o funcionamento da língua que os portugueses falam lá¹⁶.

¹⁶ BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 46.

A norma-padrão prescreve regras para o bom funcionamento da língua por meio dos livros didáticos utilizados nas escolas, e as ideias dos autores (gramáticos) refletem a concepção que têm a respeito do que é considerado o único verdadeiro idioma do Brasil. Pela leitura do prefácio do livro *Gramática Fácil* de Evanildo Bechara, também professor, gramático e filólogo brasileiro, fica clara a ideia de que sem o domínio da gramática normativa, não se conhece o funcionamento da língua portuguesa.

[...] a pessoa que desejar aprender ou se mostrar mais eficiente no manejo da língua poderá dispensar a leitura reflexiva da gramática, e a aprender somente ouvindo e repetindo como falam as pessoas instruídas, ou lendo artigos e livros bem escritos. Mas este caminho lhe exigirá, com certeza, mais tempo e esforço. Esta obra procura cumprir esse compromisso com o leitor que deseja atingir o conhecimento dos recursos básicos de como funciona a língua portuguesa, mas sem ocultar-lhe a riqueza e potencialidade dos seus recursos expressivos¹⁷.

¹⁷ BECHARA, Evanildo. *Gramática fácil: completa e rápida de consultar, para responder a todas as suas dúvidas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021, prefácio.

As páginas que seguem apresentam extensas explicações recheadas de nomenclaturas, que são praticamente impossíveis de memorizar. Essa mesma didática pode ser observada na maioria dos materiais que se propõem a ensinar a gramática da língua portuguesa. Um pequeno exemplo está na análise sintática da seguinte frase: *Manter uma rotina de estudos é essencial*, onde:

Manter uma rotina de estudos – é o sujeito da oração, um sujeito oracional, por apresentar um verbo no infinitivo; trata-se de uma oração subordinada substantiva subjetiva reduzida de infinitivo.

E é essencial – é a oração principal, onde o verbo *é* representa um verbo de ligação e o adjetivo *essencial* representa o predicativo do sujeito.

O ensino da língua, desse modo, mostra-se complexo, além do fato de estabelecer a ideia de que tudo o que foge às suas regras constitui erro no uso da língua, o que contribui para uma visão preconceituosa em relação às outras variantes da língua. E, ainda assim, não se pode garantir que o sujeito, ao aprender, ou memorizar todas essas nomenclaturas irá dominar o idioma e fazer um uso competente da leitura.

Com o propósito de melhoria desse cenário, há mais de vinte anos, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – trazem orientações no sentido de mudança nas práticas de ensino da língua portuguesa. Mas ainda há muito caminho a ser percorrido para que esse objetivo seja alcançado plenamente.

Considerando os diferentes níveis de conhecimento prévio, cabe à escola promover sua ampliação de forma que, progressivamente, durante os oito anos do ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações¹⁸.

Levando em consideração o fato de que os documentos escritos fazem parte da existência do indivíduo no decorrer de toda a sua vida, pode-se inferir a importância de o aluno aprender a lidar com o texto. Sendo assim, é imprescindível oferecer ao estudante o contato direto com textos dos mais variados gêneros na escola, para que ele desenvolva conhecimentos e habilidades que serão úteis para sua vida adulta.

No que concerne à questão das variações da língua frente aos estudos da gramática normativa, os avanços constantes na área da sociolinguística vêm suscitando em alguns gramáticos a preocupação em reconhecer a importância de se falar sobre tais variações e sobre o fenômeno linguístico e social.

A sociolinguística, ramo da linguística que estuda a língua como fenômeno social e cultural, veio mostrar que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas. Na maioria das vezes, comprova-se uma covariação do fenômeno linguístico e social. Em alguns casos, no entanto, faz mais sentido admitir uma relação direcional: a influência da sociedade na língua, ou da língua na sociedade¹⁹.

Na *Nova gramática do português contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra (2017) trazem na introdução considerações muito importantes no campo da linguagem e fazem reflexões que se mostram cada vez mais relevantes.

Segundo Bortoni-Ricardo, “A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas (sic). Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa”²⁰. Nesse viés, faz-se necessário uma formação de professores voltada à conscientização da importância de haver o respeito às características linguísticas/culturais dos alunos, antes mesmo de serem passados a eles os ensinamentos da gramática normativa.

2.3. A estratificação social no Brasil e a influência da língua

As segmentações de classes sociais são observadas nas sociedades ao longo de toda a história, e com o passar dos séculos tal característica foi se intensificando em decorrência de inúmeros fatores. Estudiosos se debruçaram sobre esse fenômeno, mas ainda hoje se faz complexo delimitar as causas do problema.

Por que as sociedades apresentam segmentos sociais? Esses grupos distintos dentro de uma mesma sociedade são definidos como estamentos, castas ou classes. Ao longo da história da humanidade, tais segmentações sempre se

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, 1998, p. 19.

¹⁹ CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017, p. 3.

²⁰ BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 15.

fizeram presentes. Se para Marx isso poderia ser explicado como sendo um produto do embate entre detentores e não detentores de meios de produção, Max Weber acreditava que havia uma pluralidade de causas que resultavam na estratificação social²¹.

O conceito da estratificação social classifica os indivíduos em grupos sociais com base em características socioeconômicas comuns, sendo que a combinação de diversos fatores colabora para a divisão dos estratos sociais. No Brasil, a desigualdade social se faz bastante expressiva, com uma grande disparidade no acesso aos bens e serviços.

A divisão social do trabalho, a distribuição da população no espaço geográfico, sua segmentação etária, as ascendências étnicas, as identidades de gênero, as redes de relações de poder que perpassam as interações sociais, as diferentes escalas de valores, o maior ou menor acesso à educação e ao patrimônio cultural são alguns dos fatores que atravessam o todo social recortando, diferenciando e hierarquizando grupos em seu interior. E os grupos daí resultantes costumam se identificar por diferentes marcas simbólicas: pelo formato das casas em que habitam, pelas roupas que vestem, pelos objetos que usam, pelas formas de lazer que praticam, pelos ambientes que frequentam e, claro, pelas variedades da língua que falam. O modo como se fala uma língua é, assim, poderoso fator de identidade social, de senso de pertença a determinado grupo, de delimitação de fronteiras entre grupos sociais²².

Assim, pessoas das classes mais baixas da sociedade, além de possuírem condições ruins de moradia, de alimentação, de vestuário, entre outras questões possuem um menor acesso à educação e ao patrimônio cultural, o que impacta diretamente na língua falada por essas pessoas, que se utilizam das variedades estigmatizadas pela sociedade. "Muitas vezes, os falantes das variedades estigmatizadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos"²³.

Geralmente, essas pessoas dispõem de um ensino que não lhes possibilita o aprendizado adequado da norma-padrão da língua, que constitui a variedade da língua de maior prestígio do português brasileiro, sendo adotada nos mais diversos documentos. Assim sendo, o não domínio dessa variação reflete em prejuízos ao indivíduo.

O não conhecimento de um vocabulário e a incompetência em interpretar um texto, em compreender de fato o que um determinado documento quer dizer constituem uma barreira entre o indivíduo menos letrado e as mais diversas esferas da sociedade, o que pode ser interessante para os que ocupam o topo da pirâmide social. Segundo Silva, "Há interessados em que sempre haja uma imensa maioria de indivíduos inferiorizados linguisticamente, em detrimento a uma parte menor, os autointitulados superiores"²⁴.

Um ensino de má qualidade somado ao preconceito linguístico (o qual é alimentado em grande medida em decorrência da crença disseminada pela norma-padrão da variante linguística correta e da variante errada), constituem uma arma eficiente para a manutenção da classificação e segmentação das classes sociais. Mantendo assim, a base da pirâmide social estagnada e aprisionada à sua realidade.

O prestígio associado ao português-padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação. Podemos e devemos questioná-lo, desmistificá-lo e demonstrar sua relatividade e seus efeitos perversos na perpetuação das desigualdades sociais, mas negá-lo, não há como²⁵.

O aprendizado das normas do "português-padrão" e o uso dessa variante da língua pode não ser fator determinante para que um indivíduo alcance a ascensão social, mas o não aprendizado dele, certamente, traz consequências negativas à vida de pessoas que já se encontram à margem da sociedade.

O ensino precisa estar voltado para as necessidades reais das pessoas, para assim, elas se beneficiarem dele. "A grande tarefa da educação linguística contemporânea é permitir, incentivar e desenvolver o letramento dos alunos, isto é, a plena inserção desses sujeitos na cultura letrada em que eles vivem"²⁶.

²¹ LARA, Luiz Gustavo Alves de. *Perspectivas sociológicas: o papel da comunicação na superação das injustiças sociais*. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019, p. 66.

²² FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer: norma linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 42.

²³ BAGNO, 2015, p. 31.

²⁴ SILVA, 2013, p. 66.

²⁵ BORTONI-RICARDO, 2005, p.14.

²⁶ BAGNO, 2015, p. 101.

Entende-se por inserção dos indivíduos em uma cultura letrada, o ato de desenvolver nos alunos, conhecimentos que lhes possibilitem interpretar o que leem e fazer uso do que compreendem em suas práticas sociais. Tal competência leitora contribui para a construção de uma visão mais crítica a respeito da vida em sociedade.

3. Considerações Finais

A gramática tradicional normativa ou a norma-padrão da língua surgida há mais de vinte séculos, com os estudos de Platão constituíram raízes profundas na sociedade. Em resposta à inegável heterogeneidade de falares, a variante da língua nascida entre a elite, tomou como base os grandes escritores e os falantes “bem-nascidos” para propor um modelo de língua a ser seguido.

Esse modelo da língua, no entanto, acostumou-se a desconsiderar e desprestigiar outras variantes legítimas da língua, vale destacar, as variantes das parcelas mais pobres da população. Essa conduta assumida contribuiu, ao longo da história, e continua a contribuir, atualmente, para a marginalização de pessoas que por diversos motivos, já não usufruem de oportunidades.

Com um discurso de variante correta da língua e variante incorreta, a variação adotada como norma-padrão da língua estimula uma atitude preconceituosa contra pessoas por causa do seu modo de falar.

Nesse sentido, a combinação desse preconceito linguístico com o ensino de uma gramática normativa complexa, que em muitos aspectos não representa sentido para o falante, visto que as regras impostas pela norma-padrão não são usadas na sua totalidade, nem mesmo pelos falantes mais cultos da língua, somado ainda à má qualidade do ensino oferecido às pessoas mais pobres, constituem um significativo agravante para a situação dessas pessoas.

Os estudos linguísticos e sociolinguísticos contribuíram muito para reflexões acerca da temática e para avanços na área da linguagem, porém, o que ainda predomina é uma relação de preconceito, que marginaliza ainda mais algumas pessoas.

A importância de haver uma unidade linguística para a escrita é inegável, pelo fato de que durante toda a vida os mais diversos gêneros textuais vão fazer parte da rotina das pessoas, e é necessário garantir um entendimento em comum entre elas. Por essa razão, é imprescindível garantir a todos a aquisição da variante linguística padrão nas escolas, por ser ela a mais prestigiada e usada na elaboração de tais gêneros textuais, destacando-se documentos importantes, contratos e textos dos mais variados tipos.

Tendo em vista o exposto, quando se nega ou se dificulta o acesso à norma-padrão da língua pelas pessoas mais pobres, é retirada delas uma chance. Elas são privadas de possíveis oportunidades de melhoria do seu status social. Tal fato atua na manutenção dos estratos sociais.

Por outro lado, resguardada a importância de garantir a aquisição do português-padrão a todas as pessoas, é necessário ressaltar também a importância de se reconhecer o valor das variações estigmatizadas da língua, como forma de valorizar as pessoas que fazem uso delas.

Considerando que não somente os fatores econômicos são responsáveis pela estratificação social, partindo do pressuposto de que diversos aspectos contribuem para isso, tais como os culturais, vale lembrar que a língua falada por uma determinada comunidade de fala é uma importante concretização da sua cultura, sendo, então, um dos delimitadores das classes.

Aqui se depara com uma delicada questão: é importante que seja respeitada a variação da língua/cultura que é utilizada pelas classes mais pobres como forma de valorização dessas pessoas, ao passo que também é necessário garantir a essas pessoas o “poder” aspirar por uma melhor condição de vida.

Notas

* Graduanda em Letras-Português (Licenciatura) pelo Centro Universitário Newton Paiva.
Email: nairsas@hotmail.com.

** Graduanda em Letras-Português (Licenciatura) pelo Centro Universitário Newton Paiva.
Email: hellengomes9991@gmail.com.

*** Graduando em Letras-Português (Licenciatura) pelo Centro Universitário Newton Paiva.
Email: leandrojunioj287@gmail.com.

**** Graduando em Letras-Português (Licenciatura) pelo Centro Universitário Newton Paiva.
Email: uinnyneto25@gmail.com.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). **Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2021.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. São Paulo: Caminho Suave, 1981.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BECHARA, Evanildo. **Gramática fácil: completa e rápida de consultar, para responder a todas as suas dúvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegue na escola, e agora? Sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, 1998.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer: norma linguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LARA, Luiz Gustavo Alves de. **Perspectivas sociológicas: o papel da comunicação na superação das injustiças sociais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A sociolinguística e a língua materna**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1989.